

ISSN 1678-166X

rbpae

revista brasileira de política
e administração da educação

v.24 • n.2 • p.185-376 • mai./ago. 2008



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Sumário / contents / contenido

EDITORIAL

- Por uma educação pública de qualidade para todos** **191**
Towards quality public education for all
Por una educación pública de calidad para todos
MARIA BEATRIZ LUCE e NALÚ FARENZENA

ARTIGOS

- Características patrimonialistas do Estado brasileiro: anotações para estudos de política educacional** **197**
Patrimonial characteristics of the Brazilian State: notes for the study of educational policy
Características patrimonialistas del Estado brasileño: anotaciones para el estudio de la política educativa
RAQUEL GANDINI
-
- Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação** **215**
The Third Way and educational policies: a new mantra for education
Tercera Vía y políticas educativas: un nuevo mantra para la educación
LUÍS ANTONIO GROPPPO e MARCOS FRANCISCO MARTINS
-
- O papel do poder legislativo na formulação das políticas sobre financiamento da educação** **235**
The role of the legislative branch in formulating policies on education financing
El rol del poder legislativo en la formulación de políticas sobre financiamiento de la educación
ROSIMAR DE FÁTIMA OLIVEIRA
-
- A gestão democrática da educação na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul (1985-2001)** **249**
Democratic management of education in the public school system of the State of Rio Grande do Sul (1985-2001)
La gestión democrática de la educación en la red provincial de enseñanza de Rio Grande do Sul (1985-2001)
JOSIANE CAROLINA SOARES RAMOS DO AMARAL

**Municipalização do ensino e proximidade local:
o outro lado da valorização docente no FUNDEF**

273

Municipal educational organization and local proximity:
the other side of teacher valorization in the FUNDEF
Municipalización de la enseñanza y proximidad local:
el otro lado de la valorización del profesor en el FUNDEF

GÉSSICA P. RAMOS

**Atos autorizativos das instituições de ensino superior:
procedimentos administrativos**

291

Acts of authorization of institutions of higher education:
administrative procedures
Actos de autorización de las instituciones de enseñanza superior:
procedimientos administrativos

MAGNO GOMES

**SEÇÃO ESPECIAL
EDUCAÇÃO E CONSTITUINTE/CONSTITUIÇÃO DE 1988**

Educação e a Constituição de 1988 – olhares sobre a produção acadêmica **319**

SILVIA MARIA LEITE DE ALMEIDA

TATTIANA TESSYE FREITAS DA SILVA

Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988, educação e cidadania **351**

Entrevista com Hermes Zaneti

NALÚ FARENZENA

RESENHA / REVIEW / RESEÑA

Mariano Fernandez Enguita; Eduardo Terrén (orgs.). **361**

**Repensando la organización escolar:
crisis de legitimidad y nuevos desarrollos**

NAURA SYRIA CARAPETO FERREIRA

SEÇÃO DOCUMENTOS

Carta de Porto Alegre **369**

Por uma educação pública de qualidade para todos

XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação
V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação
I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação

Editorial

Por uma educação pública de qualidade para todos

Towards quality public education for all
Por una educación pública de calidad para todos

A *Carta de Porto Alegre Por uma Educação Pública de Qualidade para Todos*, transcrita na Seção Documentos desta edição da RBPAE – e aprovada no XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, realizados em Porto Alegre, em novembro de 2007 -, conclama amplos segmentos da sociedade para engajamento no esforço político-pedagógico em prol de uma escola pública de qualidade para todos. Esse apelo nos relembra a coexistência de situações controversas na sociedade brasileira: um ordenamento jurídico amplamente garantidor dos direitos à educação *versus* uma condição de oferta educacional débil ou adversa no sentido de efetivar estes direitos. O esforço político-pedagógico requerido não é de qualquer espécie; pode ser de grande envergadura e certamente contempla muitas possibilidades, mas podemos atribuir-lhe o desígnio de intervir para a democratização da educação escolar, abrangendo acesso, permanência e qualidade.

José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, fala do entusiasmo cívico que tomou conta do Brasil após o fim da ditadura militar. No esforço de (re)construção da democracia, falar em cidadania tornou-se habitual e a Constituição de 1988 foi chamada de “cidadã”. Para ele, contudo, havia ingenuidade quanto ao que se esperava da democratização das instituições. Houve avanços em termos de liberdade e de participação política, mas persiste um conjunto de problemas sociais e econômicos que não tiveram solução, ou que se agravaram, levando à perda de confiança dos cidadãos em instituições e mecanismos do sistema democrático.

Há que rememorar que preceitos da Constituição de 1988 relativos à área da educação foram festejados, especialmente por educadores, no bojo do entusiasmo cívico de que nos fala o autor. Por exemplo, os princípios de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, de gestão democrática do ensino, de gratuidade do ensino público; ou todo o rol de garantias a serem oferecidas pelo Estado no cumprimento de seu dever para com a educação (art. 208). Houve, também neste caso, ingenuidade no entusiasmo? *A consigna* da Carta de Porto Alegre – Por uma Educação de Qualidade para Todos – traz implícitas algumas perplexidades e nos confronta com desafios, mas não se alinha à perda de confiança na lei ou nas instituições do Estado Democrático de Direito. Pelo contrário, está presente uma marca propositiva,

que nos convoca à ação política contínua e astuta, capaz de contribuir para uma prática que afirme princípios e garantias tão duramente conquistados, para uma prática que consolide a escola como instituição de bem público, como locus de aquisição e construção de saberes, para todos.

Entendemos que tais considerações, neste editorial, se fazem pertinentes, particularmente por trazermos uma seção especial dedicada à Constituição de 1988 e à Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88. Quisemos, com efeito, nos parágrafos anteriores, destacar a necessidade de não-complacência com práticas sociais e educacionais que mantêm uma distância intolerável de conquistas no plano jurídico. Em *A Era dos direitos*, Norberto Bobbio adverte que justificar direitos com argumentos convincentes é uma coisa, outra coisa é garantir-lhes proteção efetiva. Contudo, essa distância não pode ser pretexto para a imobilidade, para a atitude passiva, desesperançada. A Constituição de 1988, se não ultrapassou certos limites históricos de distribuição de recursos de poder, formalizou a ampliação da cidadania, fornecendo uma base indispensável às lutas por mais direitos e por sua efetivação. É justamente essa dimensão de luta, que retém a esperança numa sociedade com mais igualdade, que queremos enfatizar.

A *Seção Especial Constituinte/Constituição de 1988* foi incluída neste número da RBPAAE para marcar os 20 anos de promulgação da Constituição da República. Nossa intenção é a de registrar, através de uma sistematização de produção teórica e do testemunho de um ator influente na elaboração do texto constitucional, marcas do pensamento e da atividade política que têm provocado pesquisadores e profissionais da gestão e da política educacionais, à compreensão, à decodificação ou à intervenção nos planos da teoria e da prática social. Sílvia Maria Leite de Almeida e Tattiana Tessye Freitas da Silva, em *Educação e a Constituição de 1988 – olhares sobre a produção acadêmica*, expõem um inventário de teses e dissertações, produzidas no período de 1989 a 2007, cujo conteúdo contempla os temas “educação e constituinte” ou “educação e constituição”, ambos referidos à Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88 e à Constituição da República de 1988. As autoras caracterizam essa produção acadêmica através de uma categorização que abrange oito eixos temáticos, vinculação a áreas de pós-graduação e distribuição por regiões do País; na sequência, são apresentados os dados de identificação e resumo de cada um dos 41 trabalhos levados em conta. No texto seguinte da Seção Especial, encontra-se uma entrevista com o Prof. Hermes Zaneti, realizada e editada por Nalú Farenzena,. No texto, que foi intitulado *Assembléia Nacional Constituinte 1987-88, educação e cidadania*, o ex-deputado – com atuação marcante na Constituinte, inclusive tendo presidido a Subcomissão de Educação, Cultura, e Esportes – rememora fatos da elaboração do texto constitucional, permeando sua fala com apreciações sobre significados do processo da Constituinte e do texto aprovado, assim como sobre desdobramentos e desafios diante do que ficou inscrito na Carta Magna e do percurso histórico.

Antecedendo a Seção Especial, esta edição da RBPAAE traz seis artigos. Em *Características patrimonialistas do Estado brasileiro: anotações para estudos de política educacional*, Raquel Gandini sintetiza aportes teóricos

sobre o Estado, o Estado moderno e o Estado brasileiro, os quais, esteados, em especial, na teoria weberiana e em estudos clássicos da formação sócio-estatal brasileira, se constituem em fecundos referenciais para a pesquisa na área de políticas educacionais. Luís Antônio Groppo e Marcos Francisco Martins tecem, no texto *Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação*, relações entre a sociologia do britânico Anthony Giddens e a estratégia da Terceira Via; o texto traz interessantes interpretações para pensar em implicações, para a política educacional, do discurso e da adoção das propostas da Terceira Via. No artigo *O papel do poder legislativo na formulação de políticas sobre o financiamento da educação*, Rosimar de Fátima Oliveira adentra no trabalho parlamentar do Congresso Nacional, cobrindo duas legislaturas, no período de 1995 a 2003, analisando proposições sobre o financiamento da educação; o resultado desta análise aponta muitas debilidades em termos de uma atuação propositiva e qualificada do parlamento federal. A gestão em redes de ensino públicas é o tema dos dois textos seguintes. Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral, em *A gestão democrática da educação na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul (1985-2001)*, traça um panorama das propostas de gestão democrática para a rede estadual de ensino gaúcha num período que cobre várias administrações estaduais, com base em documentos e depoimentos de dirigentes educacionais; foi um tempo de intensos debates e embates, de avanços, recuos e impasses, mesmo assim, editaram-se normas capazes de configurar uma institucionalidade mais democrática às escolas estaduais. Um município do interior paulista – Américo Brasiliense – é objeto de análise do texto *Municipalização do ensino e proximidade local: o outro lado da valorização docente no FUNDEF*, de Géssica P. Ramos. A autora entra na materialidade de um processo de municipalização do ensino, colocando em xeque concepções que associam municipalização e democratização, assim como interrogando as relações entre valorização do magistério, FUNDEF, gestão da educação e gestão local da educação. Magno Gomes, no artigo *Atos autorizativos das instituições de ensino superior: procedimentos administrativos*, esmiúça normas e procedimentos do sistema federal de ensino referentes ao ensino superior, abrangendo autorização e credenciamento de cursos e credenciamento/recredenciamento de instituições.

Contamos, ainda, com uma resenha, elaborada por Naura Syria Carapetto Ferreira, da coletânea *Repensando la organización escolar: crisis de legitimidad y nuevos desarrollos*, organizada por Mariano Fernandez Enguita e Eduardo Terrén,. Essa resenha é muito oportuna, uma vez que descreve uma obra repleta de pontos de vista e reflexões sobre a organização escolar e que conta com a autoria de intelectuais reconhecidos pela densidade de suas produções teóricas

Uma palavra final aos leitores e colaboradores da RBPAE. Aos primeiros, o registro de nossa aspiração de que a Revista corresponda às expectativas de terem em mãos um proveitoso material de estudo e de pesquisa. Aos segundos, nosso agradecimento pela generosa disponibilidade.

**Maria Beatriz Luce
Nalú Farenzena**